

A APROPRIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA E O ENSINO DA GRAMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Débora Francischini Boian*
Maria Angélica Olivo Francisco Lucas**

Resumo: O artigo apresenta discussões sobre o ensino da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Realiza-se um estudo bibliográfico, com base na Teoria Histórico-Cultural, com a finalidade de expor sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem escrita. Busca-se discorrer sobre as pesquisas de linguistas brasileiros, nas quais demonstram questões metodológicas sobre o ensino da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sendo a gramática um conteúdo para compreender a língua, seu ensino possibilita a aprendizagem dos conhecimentos teóricos que se aplicam na escrita e permite a conscientização daquilo que se fala. Conclui-se que o ensino da gramática deve ser realizado de forma contextualizada, de modo que os conteúdos sejam sistematizados por meio de diálogos e gêneros textuais que circulam nas práticas sociais.

Palavras-chave: Linguagem escrita. Gramática. Ensino Fundamental.

THE WRITTEN LANGUAGE APROPRIATION AND THE GRAMMAR TEACHING AT THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

Abstract: The article presents discussions about grammar teaching in the early years of Elementary School. It is made a bibliographic study, based on historical-cultural theory, with the purpose of exposing the learning and development of written language. We seek to discuss the research of Brazilian linguists, in which they demonstrate methodological questions about the grammar teaching in the early years of Elementary School. Being grammar an content for understanding the language, its teaching allows to access the learning of theoretical knowledge that is applied in writing and allows the awareness of what is said. It is concluded that the grammar teaching must be accomplished in a contextualized way, so that the contents are systematized through dialogues and textual genres that circulate in social practices.

Keywords: Written language. Grammar. Elementary School.

Introdução

Representantes da Teoria Histórico-Cultural, dentre eles, Vigotski e Luria, defendem que o processo de aprendizagem da linguagem escrita permite ao ser humano ter acesso aos mais elaborados saberes que foram produzidos historicamente pela humanidade. Para Luria (2006, p. 99), “escrever é uma das funções culturais típicas do comportamento humano”, pois a linguagem escrita exige

que faça a representação dela no pensamento, por isso ela é arbitrária e voluntária e requer do sujeito intelectualidade.

Esse processo de aprendizagem e intelectualidade que faz da escrita um instrumento para o pensamento não ocorre de modo natural e espontâneo, ao contrário, requer uma vivência social mediada por práticas culturais que envolvam essa objetivação humana, logo, necessita de um ensino organizado e intencional. Na sociedade ocidental, desde o século XIX, a escola é a instituição responsável por sistematizar e disseminar o ensino da linguagem escrita e dos demais conhecimentos produzidos ao longo da história humana.

A escola desempenha a atividade pública de formar intencionalmente os indivíduos, isto é, possibilitar que sujeitos se apropriem da cultura e se tornem cada vez mais atores políticos conscientes de suas ações. Nas palavras de Saviani (2011, p. 14): “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”, porém, para que isso ocorra, o primeiro conhecimento necessário a ser ensinado e que dará possibilidades para a aprendizagem dos demais conhecimentos é a linguagem escrita.

Ensinar e aprender a língua materna são caminhos essenciais para: elevar o conhecimento de um indivíduo e permitir que ele seja capaz de ter acesso ao que já foi produzido; analisar de modo consciente os fenômenos; produzir novos conhecimentos e mudar a realidade que o cerca. Em síntese, a escrita possibilita ao ser humano uma reflexão crítica, logo, seu ensino é essencial na escola. No processo inicial de aprendizagem da escrita, o modo como ela é trabalhada pode determinar o percurso escolar de modo positivo ou negativo. Por isso, o ato de ensinar a escrita deve ser primoroso e propiciar aos educandos o acesso à cultura erudita e à humanização (MARTINS; MARSIGLIA, 2015).

Nas palavras de Vigotski (2009, p. 332), “[...] a experiência mundial demonstrou que a aprendizagem da escrita é uma das matérias mais importantes da aprendizagem escolar em pleno início da escola”. Em outras palavras, quando a criança é inserida no ambiente escolar, cujo primeiro objetivo deve ser ensinar a língua materna por meio da escrita, inicia-se um movimento qualitativo no desenvolvimento do pensamento e da linguagem, isso porque a aprendizagem da escrita exigirá que a criança opere de forma arbitrária perante o que fala e o que escreve.

Sendo assim, “[...] na escola a criança aprende, particularmente graças à escrita e à gramática, a tomar consciência do que faz e a operar voluntariamente com as suas próprias habilidades” (VIGOTSKI, 2009, p. 320). Isto é, o ensino formal possibilita que a criança aprimore seu discurso e se conscientize daquilo que está falando e escrevendo, além disso, amplia seu vocabulário e passa a ter autonomia para obter novos conhecimentos sobre a linguagem.

Diante desses princípios teóricos, ao analisar as propostas de ensino presentes nos livros didáticos, verifica-se que é comum à realização de exercícios de gramática descontextualizados das situações cotidianas que envolvem a língua materna. Muitas vezes, os comandos desses exercícios se limitam a definição das classes gramaticais, o que impossibilita ao educando compreender o conceito e a funcionalidade do conteúdo na linguagem oral e na linguagem escrita. Assim, a gramática perde sentido e é reduzida a um estudo mecânico.

Sendo a gramática um conteúdo clássico presente no currículo escolar, parte-se da ideia de que seu ensino deve possibilitar aos educandos o conhecimento científico da língua materna. Diante disso, questiona-se: Como a criança se apropria da linguagem escrita? Quais são as atuais propostas teórico-metodológicas para o ensino da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Diante de tal problema e questionamentos, o artigo aqui exposto objetiva apresentar discussões teórico-metodológicas sobre o ensino da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir o objetivo proposto, realiza-se um estudo de cunho bibliográfico e organiza-se da seguinte maneira: primeiramente, apresentam-se os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural, a fim de buscar elementos sobre como ocorre o processo de apropriação da linguagem escrita no âmbito ontogenético; posteriormente, discorre-se sobre as atuais propostas para o ensino de gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental elaboradas por linguistas brasileiros, no intuito de repensar as possibilidades para organização do ensino.

1 O processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita: princípios da Teoria Histórico-Cultural

Para realizar tais discussões, têm-se como base os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, pois seus fundamentos filosóficos e psicológicos com base marxista

defendem que, tanto no desenvolvimento filogenético, quanto no ontogenético, para se tornar humano não bastam as condições orgânicas/biológicas, o homem necessita desempenhar a atividade humana cristalizada nos instrumentos físicos e simbólicos para desenvolver as suas funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2009).

Em síntese, a linguagem nasceu por e pelo trabalho. A realização de atividades práticas deu origem à comunicação entre os homens, ou seja, a linguagem surgiu a partir de uma necessidade de sobrevivência e convívio social. Desse modo, o trabalho criou o homem, pois ao transformar a natureza, ele também se transformou. O desenvolvimento do trabalho e a produção de instrumentos proporcionaram ao ser humano novos meios de comunicação (MARX, 1989).

Junto ao desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, a linguagem simbólica se desenvolveu, pois ambos exigiram o uso da consciência, da racionalidade e da abstração, características essas que pertencem somente ao homem. Segundo Luria (1992, p. 49), “um dos instrumentos-chave inventados pela humanidade é a linguagem, e Vygotsky conferia à linguagem um lugar muito importante na organização e no desenvolvimento dos processos do pensamento”.

A linguagem assumiu a função de sintetizar todos os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, pois ela permitiu saltos qualitativos no psiquismo humano (VIGOTSKI, 1995). Em outras palavras, a linguagem é o signo dos signos, sendo uma de suas funções expressar o pensamento por meio de sinais sonoros, algo necessário para o sujeito se apropriar das significações humanas.

Tanto a linguagem oral quanto a escrita, historicamente, se originam da necessidade de o homem se comunicar com seus pares, porém, a escrita, diferentemente da fala, exigiu uma criação complexa de signos para representar os objetos e fenômenos da realidade, de modo a levar a comunicação e os conhecimentos criados para outras comunidades e outras gerações. “Determinados instrumentos culturais, como a escrita e a aritmética, expandiram extraordinariamente os poderes do homem, tornando a sabedoria do passado analisável no presente e aperfeiçoável no futuro” (LURIA, 1992, p. 49).

No âmbito ontogenético, o caminho que a criança percorre para aprender a linguagem oral é diferente do processo de apropriação da linguagem escrita. A oralidade se desenvolve por meio das experiências cotidianas que a criança vivencia; é como se fosse uma forma de desenvolvimento “natural” que ocorre devido a mediação dos instrumentos e dos diálogos estabelecidos com os sujeitos que estão a

sua volta. Em suma, segundo Luria (1986), o funcionamento do aparelho fonador e o relacionamento com os outros falantes são condições suficientes para que a criança desenvolva a linguagem oral.

De acordo com Vigotski (2009, p. 311), “[...] a escrita, nos traços essenciais do seu desenvolvimento, não repete minimamente a história da fala [...] A escrita tampouco é uma simples tradução da linguagem falada para os signos escritos”. Primeiramente, a apropriação de linguagem escrita exige a apreensão da funcionalidade dos instrumentos e técnicas criadas pelo homem e, nesse processo, requer a abstração do aspecto sensorial da fala, isto é, a representação material das palavras, o que envolve reflexão, análise e generalização.

De acordo com Luria (2006), a história de apropriação da linguagem escrita não ocorre somente quando a criança se insere no ambiente escolar, momento que aprende de forma sistemática e intencional as convenções da língua escrita. Mas acontece quando a criança faz seus primeiros rabiscos em uma superfície qualquer, a fim de expressar atos imitativos adquiridos nas experiências cotidianas ao observar outras pessoas escrevendo ou lendo. Isto quer dizer que o ambiente cultural, as relações estabelecidas com seus pares e o acesso aos instrumentos da escrita permitem a inserção da criança no mundo da linguagem escrita.

Para o autor, essas experiências se tornam cada vez mais complexas, na medida em que a criança aprende a desenhar, para, então, utilizar-se de signos como função mnemônica, com a finalidade de expressar uma ideia ou vivência. Em síntese, os rabiscos e desenhos são técnicas que antecedem a aprendizagem da linguagem escrita e são considerados fundamentais para o início do processo de abstração dos aspectos que envolvem a fala e os fenômenos da realidade.

Quando a criança começa a frequentar a escola e aprender de modo formal e sistematizado a linguagem escrita, o processo de aprendizagem se torna mais complexo porque a atividade de escrita não se limita em transferir para signos aquilo que se fala. Ao contrário, a linguagem escrita possui uma estrutura própria e complexa, a qual exigirá que aluno e professor percorram um longo caminho de ensino e aprendizagem. Nas palavras de Luria (2006, p. 180), “do momento em que uma criança começa, pela primeira vez, a aprender a escrever até a hora em que finalmente domina essa habilidade há um longo período [...]”.

O ensino da escrita deve ser algo significativo e despertar no educando a necessidade de utilizar dessa linguagem para se comunicar. Nesse processo inicial

de aprendizagem da escrita, a criança precisa compreender o uso funcional de signos e símbolos, de modo que consiga registrar alguma ideia que estava presente em sua memória ou sobre algo vivenciado ou analisado na realidade. Em outras palavras, “[...] para aprender a ler e escrever, é necessário utilizar a escrita, considerando o fim para qual ela foi criada, ou seja, registrar as experiências da vida” (LUCAS, 2008, p. 193).

Nesse novo processo de aprendizagem, há uma nova tarefa: abstrair o aspecto sensorial da sua fala e passar a representar as palavras por meio dos signos. O conhecimento da língua escrita envolve processos de reflexão, análise e generalização que não ocorrem de modo espontâneo. Em síntese, o aprendizado da escrita exige situações formais e intencionais de ensino (MARTINS; MARSIGLIA, 2015).

Para Luria (2006, p. 188), fica claro que “[...] não é a compreensão que gera o ato, mas é muito mais o ato que produz a compreensão – na verdade, o ato frequentemente precede a compreensão”. Portanto, antes mesmo de entender o sentido e a estrutura da escrita, a criança já realizou diversas tentativas para apropriar-se desse complexo sistema simbólico. Logo, cabe ao professor gerar necessidades de comunicações verbais, tanto na oralidade quanto na escrita, para que o educando observe as características dessas linguagens e passe agir voluntariamente e intelectualmente.

Tendo em vista a aprendizagem da língua escrita pela criança, destaca-se que grande parte dos avanços nesse processo se deve ao ensino sistemático, o qual implica ter domínio da língua materna e de conhecimentos imprescindíveis acerca do uso desta forma de linguagem no dia a dia. Para o desenvolvimento da linguagem escrita, a criança precisa adquirir experiências de vida que evidenciem o uso dessa forma de linguagem, como manipular objetos que contenham escritas e, sobretudo, realizar estudo sistemático da língua por meio da gramática. “Desse modo, tanto a gramática quanto a escrita dão à criança a possibilidade de projetar-se a um nível superior no desenvolvimento da linguagem” (VIGOTSKI, 2009, p. 321). É com base nesses princípios teóricos que, a seguir, apresentam-se discussões teórico-metodológicas referentes às propostas feitas por linguistas brasileiros para o ensino da gramática.

2 O trabalho pedagógico com a gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: as propostas atuais dos linguistas brasileiros

Uma das conclusões a que chegou Vigotski (2009, p. 319) sobre a aprendizagem da escrita é a de que, “O estudo da gramática é uma das questões mais complexas do ponto de vista metodológico e psicológico, uma vez que a gramática é aquele objeto específico que parecia pouco necessário e pouco útil [...]”. Em outras palavras, na oralidade a criança pode até empregar corretamente os elementos de uma oração, mas ela ainda não faz a conjugação de um verbo ou a declinação de uma palavra de forma arbitrária, voluntária e consciente.

É com base nesses princípios que se entende ser o estudo da gramática essencial para a aprendizagem da escrita e para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, pois com esse conteúdo a criança compreende a complexidade da língua, tendo consciência sobre aquilo que fala e escreve e passa a agir com intelectualidade. “A tomada de consciência e a apreensão ocupam o primeiro plano no desenvolvimento de igual maneira na aprendizagem da gramática e da escrita” (VIGOTSKI, 2009, p. 321).

Nos processos de ensino e aprendizagem da língua materna, a criança precisa aprender os aspectos gramaticais da língua, pois a escrita exigirá a organização do pensamento e o conhecimento da morfologia, da sintaxe, da fonética, da semântica, da estilística. Nas palavras de Vigotski (2009, p.319), “[...] a análise do aprendizado da gramática como a análise da escrita, mostra a imensa importância da gramática em termos de desenvolvimento geral do pensamento infantil”.

De modo geral, o estudo da gramática possibilita ao educando a compreensão da estrutura das palavras e dos aspectos fonéticos da língua, isso leva ao entendimento das funções dos elementos gramaticais para a utilização da língua em contextos sociais, ou seja, para a comunicação. A gramática permite reflexões sobre o sistema linguístico e o uso da língua, tanto na organização de um texto escrito ou falado, isto é, as funções temáticas e estruturais. Sendo assim,

[...] um dos objetivos de um trabalho com a língua materna deve ser o de apresentar uma abordagem em que a gramática encontre seu lugar ‘no discurso’ oferecendo uma feição mais global e motivada ao ensino de conteúdo da língua portuguesa” (HINTZE; ANTONIO, 2010, p. 117).

No decorrer desses processos de ensino e aprendizagem, o educando precisa entender que a linguagem escrita não possui aspectos sonoros, nem sensoriais, não

tem interlocutor presente, sendo ela abstrata e complexa. A escrita requer a representação das palavras em forma de signos, é uma linguagem pensada, cuja compreensão requer conhecimento de sua gramática. Para Vigotski (2009), o estudo da gramática possibilita o desenvolvimento da linguagem e do pensamento como funções psicológicas superiores, pelo fato de exigir ações intencionais, conscientes e arbitrárias.

Ao iniciar os estudos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança depara-se com um complexo processo de aprendizagem da linguagem escrita. Conforme ela compreende a lógica do sistema alfabético da língua materna, o professor deve começar a ensinar que as palavras faladas ao serem escritas em uma frase, oração ou texto, possuem regras gramaticais, as quais exigem um modo formal de registro. Segundo Lucas (2008, p. 208), “à medida que as crianças têm contato com textos escritos, adquirem informações sobre a estrutura dessa forma de linguagem, verificando suas diferenças em relação à linguagem oral, percebendo que diferentes textos possuem sintaxe e estrutura também diferentes [...]”.

Diante da importância do ensino da gramática para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento e, para a aquisição dos demais conhecimentos que envolvem a escrita, estudiosos linguistas, dentre eles, Silva (2011), Abreu (2012), Travaglia (2013) e Antunes (2014), discutem propostas de ensino com o intuito de romper com o paradigma de uma gramática mecânica trabalhada apenas por meio de frases e orações fragmentadas.

Silva (2011) defende a necessidade de a gramática ser contextualizada, pois para o autor, a linguagem é uma atividade discursiva, por isso, seu ensino deve ocorrer por meio da leitura e escrita dos diferentes gêneros textuais que circulam no dia a dia, nas práticas sociais, logo, é importante trabalhar a língua materna de modo concreto e significativo. “O estudo da gramática proposto toma como referência a língua em uso, viva e dinâmica, diferentemente de um sistema linguístico composto por regras que não podem ser burladas [...]” (SILVA, 2011, p. 27).

O autor faz uma crítica ao trabalho com a gramática de modo prescritivo, com os conhecidos exercícios de classificações, por exemplo, ‘Encontre na frase o sujeito e o predicado’. Ao contrário disso, Silva (2011) propõe a gramática reflexiva, a qual possibilita o conhecimento sobre a língua utilizada no cotidiano. Desse modo, o texto deve ser objeto de ensino, pois nele é possível que os alunos compreendam os elementos gramaticais que formam a escrita e estão presentes na oralidade.

Com base nesses princípios, o trabalho proposto pelo autor é organizado por meio da macroestrutura e da microestrutura do texto. Na primeira, o professor deve explorar as características gerais do gênero textual, de modo que os educandos percebam a estrutura, o tipo do texto e a sua sequência discursiva. Em seguida, para trabalhar a microestrutura textual, são realizadas análises linguísticas, momento em que

[...] o professor pode aproveitar a atividade de leitura realizada [...] para solicitar que os alunos encontrem recorrências de usos de elementos linguísticos no gênero e que expliquem os sentidos expressos por esses elementos denominados de marcas linguísticas (SILVA, 2011, p. 91).

Essas análises linguísticas são referenciadas por Silva (2011) com base nos estudos de Franchi (1987), que propôs três tipos de atividades linguísticas : (1) atividade linguística, se refere ao uso espontâneo com textos orais e escritos; (2) atividade epilinguística, direciona para a análise da própria linguagem e suas composições; (3) atividade metalinguística, na qual se realiza a conceituação da língua por meio da gramática.

Em síntese, para esse linguista, o início dos estudos da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ocorrer, primeiramente, de modo implícito, isto é, o professor deve ensinar a criança a observar as regras da gramática, conforme ela fala e escreve e, assim, exigir gradativamente, o aperfeiçoamento da oralidade e da escrita por meio dos conhecimentos que envolvem a análise linguística.

As propostas feitas por Abreu (2012) defendem que a linguagem escrita permite ao homem dominar o mundo pelo conhecimento, de modo a ter acesso ao passado e conseguir planejar o futuro. Diante disso, o autor acredita que o ensino da escrita de maneira intencional e planejado, dá aos alunos condições para se tornarem sujeitos capazes de compreender e produzir textos.

Com base nesses princípios, o autor propõe um estudo que possibilite ao educando realizar a leitura e a escrita de maneira integrada e funcional. Faz essa proposta, pois, para ele, o texto é “[...] uma sequência de sons ou letras cujo sentido vai ter de ser construído por quem ouve ou lê, dentro de um determinado contexto” (ABREU, 2012, p. 17).

Sendo assim, o ensino da gramática precisa ocorrer por meio da produção escrita e da leitura de textos, pois estes representam a intenção de algum sujeito que

quer falar ou escrever. Em síntese, partindo de textos e levando em conta os conteúdos gramaticais a serem ensinados em cada turma, o autor ressalta a importância de se trabalhar a língua padrão presente nos textos orais e escritos.

Travaglia (2013) propõe o trabalho pedagógico com a gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de atividades linguísticas, de modo que o educando perceba quando a língua é e pode ser usada na forma culta ou na forma coloquial. De acordo com o autor, os conteúdos para compreender a estrutura da língua são os aspectos: fonético (sons), sintático (construções das frases), morfológico (prefixos, sufixos, flexões, radicais e raízes), semântico (significados) e pragmático (uso dos textos em situações reais). Diante desses conteúdos, o autor ressalta que o professor precisa ter conhecimento teórico sobre tais aspectos para saber o modo como irá ensinar à gramática

[...] a ênfase ao produzir as atividades deve ser no uso condicionado pela significação (produção e percepção de sentidos) e não a metalinguagem, que é usada para identificar tópicos a serem abordados [...]. A consulta a gramáticas [...] é sempre recomendada, mas o colega professor não deve se entusiasmar e querer ensinar tudo nas séries iniciais (TRAVAGLIA, 2013, p. 60).

A proposta metodológica feita pelo autor é denominada texto-discursivo, isso significa que, por meio dos diferentes gêneros textuais, os educandos aprendem os elementos que formam a língua e desenvolvem uma competência comunicativa, de modo que possam utilizar os textos nas situações cotidianas. Em outras palavras,

Se o usuário competente da língua deve saber usar seus recursos para produzir efeitos de sentidos pretendidos e compreender estes efeitos em textos recebidos, conseqüentemente, o ensino deve focar no (s) sentido (s) que um recurso da língua é capaz de mobilizar em um texto (TRAVAGLIA, 2013, p. 27).

Para que essa aprendizagem aconteça, o ensino da gramática deve ser usual e reflexivo. Para tanto, o autor propõe que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor trabalhe com os alunos, principalmente, os aspectos semânticos e pragmáticos da língua, pois, assim, possibilitará que eles entendam os aspectos gramaticais de modo concreto. Além disso, também ressalta a importância de o professor trabalhar os dialetos dos educandos e explorar a gramática internalizada por meio do vocabulário de estudantes.

Antunes (2014) afirma que o ensino da gramática não pode ocorrer como se esse fosse um conhecimento incontestável, por isso, o uso dos textos, ao ensinar a gramática, não podem mascarar as práticas pedagógicas. A referida autora faz essa crítica, pois considera que há diversas situações em que o professor utiliza o texto para trabalhar a gramática, contudo, tais práticas, geralmente, limitam-se à realização de exercícios considerados tradicionais, os quais não possibilitam desenvolver no aluno a competência discursiva.

De acordo com a autora, o primeiro passo do ensino é para que os alunos aprendam a ler e escrever, de modo que a linguagem escrita seja um conhecimento significativo para a prática social. Sendo assim, o ensino da gramática só tem sentido quando o aluno desenvolve a competência linguística comunicativa, na qual possibilite a atuação na prática como sujeito político-social. Por isso, propõe uma gramática contextualizada:

Seria uma *perspectiva de estudo dos fenômenos gramaticais*, ou uma estratégia de exploração do componente gramatical do texto, tomando como referência de seus *valores e funções*, os *efeitos* que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita” (ANTUNES, 2014, p. 46, grifos da autora).

Essa perspectiva dá ao aluno a capacidade de entender os aspectos gramaticais na oralidade e na escrita. Em síntese, Antunes (2014) defende um ensino de gramática com base no aspecto discursivo presente nos diferentes gêneros textuais, logo, os saberes que envolvem a gramática precisam contemplar atividades que trabalhem a oralidade e a escrita nos diferentes contextos sociais.

Os princípios teórico-metodológicos defendidos por esses linguistas brasileiros demonstram a necessidade de repensar o ensino da gramática no intuito de quebrar os paradigmas de estudos mecânicos que descontextualizam a linguagem oral e escrita do processo social e cultural.

Alguns aspectos principais são defendidos por esses autores. Para Silva (2011), a gramática tem a função de analisar as regularidades de uma língua, logo, quando ensinada de modo reflexivo, possibilita o conhecimento da linguagem oral e escrita. Por sua vez, Abreu (2012) relaciona texto e gramática, por isso, os alunos devem aprender os aspectos gramaticais por meio da compreensão e da produção de textos orais e escritos.

Por meio da gramática normativa, como fundamenta Travaglia (2013), é possível ao educando aprender sobre as regras estabelecidas socialmente em relação ao uso da língua. Segundo Antunes (2014), a gramática é um dos elementos que compõem a língua, mas ela não é e não pode ser considerada o elemento mais importante, porém, é necessária e relevante para a expansão dos saberes linguísticos. Em síntese, para a pesquisadora, a língua é formada para além da gramática, isto é, “são todos os usuários – em suas trocas linguísticas cotidianas – que vão criando e consolidando o que, nos diferentes grupos, vai funcionando como ‘norma’, quer dizer, como *uso regular, habitual, costumeiro*” (ANTUNES, 2014, p. 25, grifos da autora).

Para esses autores, a linguagem é uma atividade discursiva, se dá por meio de diálogos em que os indivíduos estabelecem com os seus grupos sociais. De acordo com preceitos da Teoria Histórico-Cultural, a função da linguagem vai além da possibilidade de adquirir os conhecimentos empíricos do meio em que se vive; é por meio dela que todos os indivíduos podem ter acesso aos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade, em qualquer parte do mundo. Por isso, o ensino da língua materna deve possibilitar aos educandos o conhecimento da estrutura da linguagem escrita e sua gramática, de tal forma que tenham condições para escrever e falar de modo consciente.

Com base nos preceitos teórico-metodológicos expostos, compreende-se que, tanto a THC quanto as pesquisas na área de linguística sobre o ensino da gramática defendem a conscientização dos aspectos gramaticais da linguagem escrita, logo, isso somente é possível se o ensino for organizado de modo que o professor desenvolva com os educandos atividades que explorem a língua materna como um conhecimento histórico, social e cultural.

Considerações finais

Retomando os questionamentos: Como a criança se apropria da linguagem escrita? Quais são as atuais propostas teórico-metodológicas para o ensino da gramática nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Os preceitos da Teoria Histórico-Cultural demonstraram que o aprendizado da escrita é complexo, pois ela não é uma simples transcrição daquilo que se fala, ou simplesmente o uso de técnicas (traçado das letras, escrever de cima para baixo, da esquerda para a direita etc). Para Vigotski (2009), a linguagem escrita tem uma função

própria, ela exige abstração e está ligada ao pensamento. Portanto, a linguagem escrita é formal e codificada, sendo necessária para a sua aprendizagem processos formais e sistemáticos de ensino.

Quando a criança começa a aprender sobre a escrita na escola, esse processo fará com que suas funções psicológicas superiores sejam todas modificadas, pelo fato dessa aprendizagem exigir com que ela abstraia a fala e comece a utilizar-se do pensamento para pensar e registrar por meio de signos, sem um interlocutor presente.

Diante disso, a linguagem escrita, sendo uma objetivação humana, criada historicamente pelo homem a partir da necessidade de registrar os conhecimentos e levá-los para as demais gerações, será apropriada pela criança apenas se houver um ensino intencional em que o professor dê condições para que ela entenda a lógica dessa linguagem.

Em síntese, a linguagem escrita exige ação intencional e consciente. Quando a criança começa a falar, ela já emprega de modo inconsciente aspectos lexicais e gramaticais. Entretanto, é apenas na escola que a criança aprende sobre a escrita e realiza os estudos da gramática, os quais possibilitarão a tomada de consciência, levando a um nível superior da linguagem e do pensamento.

Todo professor deve possuir uma teoria que lhe dê respaldos filosóficos e metodológicos para compreender como uma criança aprende e desenvolve o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado, levando em conta o nível de desenvolvimento dos educandos. Sendo assim, considerando que a gramática é um conteúdo complexo presente no currículo escolar, as propostas feitas pelos linguistas demonstraram que o ensino da gramática é um tema a ser discutido, pois ocorre, muitas vezes, de modo mecânico e não possibilita que os educandos se apropriem da estrutura da língua materna.

As propostas feitas pelos linguistas demonstram que, o processo de ensino e aprendizagem da língua materna deve organizar-se por meio da norma padrão e dos dialetos dos educandos, para que eles saibam usar ambos na prática social, isto é, a língua culta quando for exigida e a linguagem coloquial nas situações corriqueiras do cotidiano.

O estudo da gramática deve possibilitar ao aluno compreender as funções dos elementos gramaticais para a utilização nos contextos sociais, para a comunicação. Assim, possibilita reflexões sobre o sistema linguístico e o uso adequado da língua,

tanto na organização de um texto escrito ou falado, compreendendo as funções temáticas e a estrutura realizadas pelo autor.

Em outras palavras, o ensino e aprendizagem da linguagem escrita, juntamente com o ensino da gramática, deve propiciar aos educandos a capacidade comunicativa, tanto na oralidade quanto na escrita, e isso possibilitará que eles atuem como sujeitos políticos, capazes de compreender e mudar as demandas da realidade.

Referências

ABREU, Antônio Suarez. **Texto e gramática**: uma visão integrada e funcional para a leitura e escrita. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2014.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática**. São Paulo: SE/CENP, 1987.

HINTZE, Ana Cristina Jaeger; ANTONIO, Juliano Desiderato. Para que gramática no ensino fundamental? In: MENEGASSI, Renilson José. (Org.). **Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental**: das teorias às práticas docentes. Maringá: Eduem, 2010, p. 115-139.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **O processo de alfabetização e letramento na educação infantil**: contribuições teóricas e concepções de professores. 322 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2008.

LURIA, Alexander Romanovich. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LURIA, Alexander Romanovich. **A construção da mente**. São Paulo: Ícone, 1992.

LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: Vigotskii, L. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.

MARTINS, Lígia Márcia. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia**. In: - _____. O Capital 14. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Wagner Rodrigues. **Estudo da gramática**: demandas para o ensino e a formação de professor na língua materna. Maringá: Eduem, 2011.

TRAVALIA, Luiz Carlos. **Na trilha da gramática**: conhecimentos linguísticos na alfabetização e letramento. São Paulo: Cortez, 2013.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semiónovich. **Obras escogidas**, Vol. III. Madrid: Visor, 1995.

Notas

*Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, atua na mesma instituição como professora assistente. E-mail: deborafboian18@gmail.com

**Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mangelicaofl@gmail.com

Recebido em: setembro/2020.
Aprovado em: setembro/2021.